

A CONJUNTURA DO ESTADO E ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU

Arnaldo Sucuma¹

RESUMO

Este artigo consiste num trabalho de pesquisa onde se propõe a estudar o processo de construção do Ensino Superior e sua relação com o Estado da Guiné-Bissau de 1974 a 2012. O trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da institucionalização do Ensino Superior no desenvolvimento da Guiné-Bissau. A pesquisa aborda a relação do Estado com o Ensino Superior na Guiné-Bissau, discutindo fundamentalmente as possibilidades, as dificuldades, os desafios e as possibilidades que existem no processo de institucionalização do ensino superior, buscando compreender o impacto deste processo no desenvolvimento socioeconômico e político da Guiné-Bissau após a sua independência política. O trabalho também procura fazer um breve resgate histórico sobre as primeiras universidades na África e nos países da África que falam português como a língua oficial. Nesta ordem de ideias, o estudo utilizou-se do método qualitativo, acompanhado de questionários semiestruturados implementados mediante entrevistas realizadas na Guiné-Bissau, bibliografias ligadas ao Ensino Superior, documentos oficiais do Ministério da Educação guineense. Conclui-se que a Guiné-Bissau precisa construir um sistema de Ensino Superior capaz de dar respostas aos obstáculos que afetam o desenvolvimento do país.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau. Ensino Superior. Estado. Conhecimento Científico. Desenvolvimento.

¹ Pesquisador e Professor da Escola Nacional de Saúde - Guiné-Bissau; Doutorando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS-UFPE). E-mail: arnaldoarsu@yahoo.com.br

Introdução

Neste artigo apresenta-se uma breve reflexão sobre o processo de nascimento e construção do Estado guineense. O trabalho também discute a questão do ensino superior na Guiné-Bissau após a sua independência política. Em termos metodológicos, a pesquisa de campo foi realizada em 2012 na Guiné-Bissau, onde foram realizadas diversas entrevistas, feitas mediante uma solicitação autorizada pelos entrevistados, o que possibilitou a sua efetivação. Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente entre as pessoas pré-selecionadas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, em que a coleta de dados foi realizada mediante as técnicas de entrevistas semiestruturadas. Foram utilizadas também fontes primárias e secundárias (ECO, 1984, p. 65). As questões para entrevistas foram orientadas a partir de tópicos guias, ou seja, de grupos temáticos, para melhor explorar as categorias que seriam trabalhadas na estrutura da pesquisa. O texto está estruturado em quatro partes: a primeira trata da estruturação do Estado Bissau-Guineense no período pós independência até o período de multipartidarismo. A segunda parte traz uma análise sobre a evolução do ensino superior na Guiné-Bissau. A terceira aborda as concepções de ensino superior como poder e vetor que contribui para o desenvolvimento como um todo. Por último, o trabalho discute a qualidade de ensino superior e a produção de conhecimento científico na Guiné-Bissau.

1. A estruturação do estado Bissau-Guineense após a independência

1.1 O processo de construção do estado da Guiné-Bissau de 1974 – 1994

A Guiné-Bissau é uma República com 36.125km², situada no continente africano, concretamente na costa ocidental da África, banhada pelo Oceano Atlântico. Faz fronteira ao norte com a República do Senegal e ao sul com a República da Guiné Konakry, com uma população de pouco mais de 1,5 milhões de habitantes segundo o ultimo recenseamento realizado pelo INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo) em 2009.

A discussão sobre Estado da Guiné-Bissau nos leva primeiramente a trazer para o debate o conceito de Estado que possui várias concepções, como também iremos incorporar ao debate o conceito de instituição. A modernidade entrou trazendo o Estado de direito baseado na regulação de poderes por meio de normas que regulam a sociedade. A construção do Estado de Direito gira em torno do cidadão. Foi um período em que os liberais como Locke e outros defendem a liberdade de expressão religiosa, individual e de propriedade privada. Isso representa uma conquista de certa forma para os liberais, mas também para a humanidade. O homem moderno é o grande responsável pelos avanços alcançados no âmbito da construção do estado moderno. Este processo continua tendo o grande protagonismo do homem contemporâneo, apesar de que as liberdades supracitadas não

chegaram suficientemente junto da classe popular. Grande parte destas liberdades foi pensada com base na figura do burguês. A ideia de regulação de poderes já era presente na Europa, especialmente na Grécia antiga através de filósofos como Aristóteles, Platão e outros. No século XVII e XVIII, com a chegada do movimento Iluminista na Europa, a ideia de regulação de poderes começou a ganhar corpo e se estruturar graças à contribuição de teóricos como John Locke e outros que apontavam a necessidade de divisão de poderes.

Com base na contribuição dos teóricos supracitados, o Iluminista Charles Montesquieu começou a se debruçar sobre a divisão de poderes em 1748. A partir daí, Montesquieu começou a desenvolver a ideia de três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em sua obra “O Espírito das Leis” (MONTESQUIEU, 1996). O Estado moderno evoluiu bastante ao ponto de conseguir levar direitos difusos nos termos da lei para a sociedade, como também a liberdade individual e de expressão. O grande desafio agora é trazer estes direitos para sua efetivação prática, que beneficie as pessoas.

Segundo Bobbio,

O Estado de direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder (BOBBIO, 1988, p. 18).

Entende-se por *Estado* o conjunto de instituições democráticas e permanentes que possuem suas autonomias, que conta com um território, uma população e um sistema estruturado de burocracia e coleta de impostos. Enquanto que o *Governo* constitui um órgão de Estado encarregado de administrar o conjunto das instituições estatais, em caráter temporário.

Historicamente, o homem criou a primeira instituição quando percebeu a necessidade de divisão das tarefas desenvolvidas pelo homem e pela mulher. Acontece que a institucionalização não se limitou somente à família, tomou também uma dimensão na política, educação e economia, entre outros setores. Ela é um espaço que agrega diferentes grupos sociais dentro da sociedade civil organizada. Segundo,

Entendemos por instituição um espaço de prática, sob forma pública ou privada, para atender às demandas da sociedade civil, funcionando como mecanismo regulador das crises do desenvolvimento capitalista em todos os níveis, transversais a toda sociedade ao servirem de veículos de bens e serviços, transformando as relações sociais em relação de compra e venda (OLIVEIRA, s/d, p. 24)

O conceito de instituição tornou-se complexo ao longo do tempo, porque aumentaram os tipos de necessidades humanas, sobretudo com a chegada da modernidade. A sua estrutura é formada por pessoas que compartilham ideias e valores que podem ser comuns e diferentes, como criar uma instância política que atenda a seus anseios.

Assim, entende-se por instituição um órgão social e político com delimitação de funções e regras de funcionamento utilizadas pela sociedade como um método regulador para satisfazer suas necessidades. Considera-se que a prática institucional diz respeito a uma orientação das instituições que indica a sua concepção social, jurídica e econômica. Estas orientações devem nortear a prática de seus agentes, mas também esta prática deve levar em consideração as relações sociais desenvolvidas entre os agentes da instituição e atores que se beneficiam do serviço da instituição.

A ideia de construir uma prática institucional que ajude a construir uma característica própria de um Estado independente na Guiné-Bissau e Cabo Verde, livre da dominação portuguesa, fez o líder da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde desencadear uma ofensiva pela independência dos dois países supracitados.

Na segunda metade do século XX, Amílcar Cabral e outros companheiros fundaram o Partido Africano para independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC. A partir do ano de 1963, verificou-se uma luta de guerrilhas entre os guerrilheiros do PAIGC e as tropas coloniais portuguesas, culminando com a vitória do PAIGC, numa proclamação da independência política no dia 24 de setembro de 1973. Após a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, Portugal reconheceu oficialmente

a independência da Guiné-Bissau. Em termos políticos, de acordo com a primeira constituição da República, datada de 1973, logo após a independência até finais dos anos de 1980 os governos não tinham a figura do Primeiro Ministro. Os ministros eram chamados de comissários, a equipe de comissários era coordenada por um comissário geral ou presidente de conselho, subordinado ao Presidente da República.

De 1973 até finais dos anos 80 não havia eleições gerais no país. A mudança de presidente que aconteceu foi em 14 de novembro de 1980 através de um golpe de estado. Neste período o regime era de partido único, neste caso o PAIGC. O que se registrava era eleição interna no seio do PAIGC para escolher o presidente do Partido, que neste período sempre esteve a cargo de João Bernardo Vieira, que ao mesmo tempo ocupou o cargo de Presidente da República de 1980 até a sua destituição com o golpe militar, que gerou uma guerra civil em 1998. Já na segunda metade dos anos 80, a comunidade internacional pressionava as autoridades do país pela democratização e multipartidarismo. Estas pressões tiveram também a participação da sociedade civil guineense, tais como a Liga Guineense dos Direitos Humanos/LGDH e cidadãos guineenses que viviam tanto na Guiné-Bissau como no exterior.

Estes fatos obrigaram o Presidente e o PAIGC a fazerem mudanças no estatuto do partido e na constituição. Isso permitiu o surgimento de novos

partidos nos anos 80, e este processo se proliferou nos anos 90. A partir de 1991, o país entrou no processo de multipartidarismo. No bojo deste debate, o Estado da Guiné-Bissau adotou oficialmente o sistema político conhecido por semipresidencialismo, que se oficializou com as primeiras eleições presidenciais e legislativas por sufrágio universal, que aconteceu em 1994, e elegeu João Bernardo Vieira como Presidente. Neste sistema vigente até aos dias atuais, o Presidente da República é eleito mediante eleições presidenciais. Nas eleições legislativas, os partidos elaboram uma lista de candidatos a deputados e nesta lista a pessoa indicada ao cargo do Primeiro Ministro normalmente fica como cabeça da lista. Dependendo do estatuto dos partidos esta pessoa pode ser presidente do partido ou secretário geral do partido. No entanto, por meio de acordos internos ou não, já houve caso em que foram escolhidas pessoas que não ocupavam os cargos supracitados. Portanto, o Presidente é eleito através de eleições presidenciais e a Assembleia Nacional Popular/ANP é eleita através de eleições legislativas em que se elegem os deputados e por meio das eleições legislativas o partido indica o Primeiro Ministro. Na constituição vigente, o Presidente e o Primeiro Ministro possuem poderes efetivos. No entanto, o Presidente tem mais poderes e pode demitir o Primeiro Ministro e dissolver o parlamento em caso de grave crise política, conforme consta na constituição.

A realização das eleições era um sonho de Amílcar Cabral que, ao falar na Assembleia Nacional Popular, deixou isso muito claro no seu testamento político:

“Far-se-ão públicos os resultados das eleições gerais e nosso objetivo será informar a opinião pública mundial e todas as instâncias nacionais e internacionais a respeito desse importante acontecimento histórico da luta do nosso povo” (CABRAL; COMITINI, 1980, p. 15).

Embora, no período em que Cabral vivia, num contexto da luta armada, a democracia e a realização de eleições não eram uma realidade. Também, depois da independência, o PAIGC governou o País por mais de dez anos, e fechou as portas do país para uma democracia multipartidária. Alguns intelectuais chamam este período da “ditadura do PAIGC”.

Os grandes acontecimentos políticos e econômicos que se verificaram a partir dos finais dos anos oitenta e que marcaram negativamente os países do leste europeu que eram principais parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau e de vários países da África, atingiram fortemente a Guiné-Bissau. Do ponto de vista de cidadania, os acontecimentos citados acima trouxeram também benefício positivo, sobretudo em termos de liberdade de expressão. Diante desta crise, o país foi obrigado a firmar novos acordos com algumas agências multilaterais tais como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional a fim de viabilizar seus projetos de desenvolvimento.

Os finais da década de oitenta foram marcados por acontecimentos que mexeram profundamente nas estruturas políticas de quase todos os países, particularmente os do leste europeu. De acordo com Cardoso,

Na mesma altura a África encontrava-se mergulhada numa profunda crise econômica. Alguns países como a Guiné-Bissau, o Ghana, a Costa do Marfim, o Senegal vinham tentando ultrapassar esta crise apelando às ajudas de organismos financeiros internacionais como FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (CARDOSO, 1995, p. 259).

A ausência de uma democracia multipartidária dentro do continente africano, e especificamente na Guiné-Bissau, comprometia a credibilidade do país no plano internacional, e esta situação estava cada vez mais insustentável, era necessário procurar caminhos viáveis para contornar o problema.

Importa salientar que a chegada da democracia multipartidária na Guiné-Bissau foi produto de um esforço coletivo da sociedade civil organizada, dos partidos políticos, comunidade internacional. Mesmo entrando na democracia multipartidária, a Guiné-Bissau não conseguiu construir uma estabilidade política duradoura. Golpes de estado continuam sendo o principal meio para se chegar ao poder na Guiné-Bissau. Este fato fez com que o país continue vivendo num clima de instabilidade política permanente até os dias atuais, ameaçando a paz e o bem-estar da população, como também inviabiliza os avanços no campo da educação, da saúde e o processo de desenvolvimento

como um todo. No entanto, apesar dos problemas supracitados, a Guiné-Bissau ainda poderá superar este momento conturbado de sua história em longo prazo, procurando garantir uma estabilidade política duradoura para o país.

1.2 A análise da evolução do ensino superior na Guiné-Bissau

Na modernidade, o processo educativo é centrado na produção de conhecimento científico. Este processo constitui uma prática de transmissão de conhecimentos entre as diferentes gerações.

Segundo Émile Durkheim,

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Por outro lado, a transmissão de conhecimentos no processo educacional não depende só das gerações adultas. A geração mais nova pode sim transmitir conhecimento para a geração adulta. Este debate demonstra claramente que a transmissão de conhecimento envolve a questão da disputa de poder. Esta disputa fica muito evidente em diversas esferas de educação,

especialmente no ensino superior.

No processo da sua institucionalização, o ensino superior passou por várias fases, que teve início desde a Idade Média até os tempos modernos.

Esse processo pode ser dividido, em linhas gerais, em quatro períodos de acordo com a divisão feita por Trindade:

O primeiro, do século XII até o Renascimento, é o período da invenção da Universidade em plena idade média. Neste período se constitui o modelo de universidade tradicional (...). O segundo começa no século XV, época em que universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico (...). A partir do século XVII, marcado por descobertas científicas em vários campos do saber e do iluminismo do século XVIII, com a valorização da razão, do espírito crítico, da liberdade e tolerância religiosas e o início da revolução industrial inglesa, a universidade começa a institucionalizar a ciência numa transição para os modelos que se desenvolverão no século XIX. O quarto período, que institui a universidade moderna, começa no século XIX e se desdobra até os nossos dias, introduzindo uma nova relação entre Estado e universidade, permitindo que se configurem os principais padrões variantes das universidades atuais (TRINDADE, 1999, p. 11).

Portanto, esta universidade que passou por todo este processo teve a sua construção dentro da sociedade, ou seja, a construção do ensino superior se dá graças à existência da sociedade.

Historicamente, a África começou o processo de construção de suas instituições de ensino desde a Idade Média, conforme consta nas literaturas africanas. Segundo Aklilu Habte e Teshome Wagaw em colaboração com J. F. Ade Ajayi,

As instituições de ensino superior formam o centro nervoso do processo de modernização na África. Elas igualmente representam a maior expressão na busca continua pela renovação e pelo progresso, em respeito aos conhecimentos, as crenças e ao florescimento pessoal. Indubitavelmente, o número de indivíduos assim formados e diplomados e, em termos proporcionais, muito reduzidos, entretanto, o seu poder e a sua influencia na sociedade são consideráveis. Portanto, não causa espécie que estes centros de ensino superior inspirem sentimentos entremeados de esperança, admiração, respeito, temor e desconfiança, junto a todos, jovens e idosos, e, particularmente, entre os homens políticos. O ensino superior não é fato inédito no continente africano. Presente no século XVI, a Universidade Sankore, estabelecida em Tombouctou, apresentava-se na qualidade de centro florescente de erudição e estudos, nos domínios do direito, da filosofia e da teologia. Outra instituição de comparável importância, a Universidade Al-Azhar, no Cairo, existe há mais de mil anos. Reputada originalmente pelo estudo da religião e do direito islâmicos, ela continua a funcionar nos dias atuais, modernizando-se e estendendo o seu campo de ação a outras disciplinas (HABTE et al., 2010, p. 834).

Portanto, o processo de construção das instituições de ensino superior na África demonstra a permanente contribuição do continente na construção da ciência e da tecnologia na sociedade humana desde séculos passados até a

modernidade contemporânea, através de excelentes trabalhos desenvolvidos pelos cientistas africanos.

A partir da entrada da modernidade, o continente africano começou a institucionalizar em termos de ampliação de suas instituições de ensino superior progressivamente em alguns países que se encontravam sob a colonização dos ingleses e franceses, tais como a Universidade de Serra Leoa, inicialmente conhecida como Fourah Bay College, e a Escola Superior no Senegal.

De acordo com Augel,

“Na África, a Universidade de Serra Leoa nasceu nos finais do século XVIII; a de Uganda e a primeira escola normal superior e federal no Senegal foram fundadas no início do século do século XIX” (AUGEL, 2009, p. 137).

Este cenário demonstrava o desafio que os países africanos teriam pela frente em criar instituições de ensino superior. Por isso, o processo de proliferação da institucionalização do ensino superior só veio a começar concretamente no século XX.

Nos Países da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a institucionalização do ensino superior começou na década de 1960, ainda durante a colonização. Este processo continuou depois da independência. Em Angola, Portugal inaugurou o ensino superior em 1962, e a primeira universidade pública em 1968 na cidade de Luanda, cuja designação inicial

era Universidade de Luanda. Tempos depois mudou para Universidade de Angola e por fim Universidade Agostinho Neto. Posteriormente, a Igreja Católica criou também uma universidade em 1999. Em Moçambique, a primeira universidade foi criada por Portugal em 1962, cuja designação era Estudos Gerais Universitários de Moçambique, e posteriormente veio a ser chamada de Universidade Eduardo Mondlane em 1976. Na República de Cabo Verde, a primeira universidade foi criada depois da independência política, concretamente em 1995, com a designação de Universidade de Cabo Verde. Em São Tomé e Príncipe, a primeira instituição de ensino superior foi criada em 1998: Instituto Superior Politécnico. Podemos observar assim, o atraso com que o ensino superior chegou nas antigas colônias portuguesas. Na Guiné-Bissau, o primeiro liceu foi instituído no período colonial em 1958, chamado de Liceu Honório Bareto, que depois da independência passou a ser chamado de Liceu Kwame Nkrumah. A construção do ensino superior universitário passou por várias etapas até a sua institucionalização em 1999, que só começou a funcionar em 2003, com a designação da Universidade Amílcar Cabral.

De acordo com Augel,

Portugal demorou até a metade do século XX para seguir o exemplo dos outros países colonizadores. Angola abriu um incipiente ensino universitário somente em 1962; a sua primeira universidade pública foi criada em 1968, a partir da transformação dos Estudos Gerais

Universitários de Angola na Universidade de Luanda que, após independência, mudou o nome para Universidade de Angola e finalmente para Universidade Agostinho Neto em 1985. A Universidade Católica de Angola, uma instituição privada foi fundada em Luanda em 1999. A Universidade Eduardo Mondlane é a maior e mais importante universidade em Moçambique, tendo sido fundada em 1962, com a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique, passando em 1968 a Universidade de Lourenço Marques. Em 1979 – um ano depois da independência – foi rebatizada com o nome atual, homenageando Eduardo Chivambo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo, iniciador da luta armada pela libertação moçambicana. A Universidade Católica de Moçambique (UCM) foi fundada oficialmente em 1995 como uma instituição de ensino superior privada, voltada especialmente para as províncias do centro e norte do país. A Universidade de Cabo Verde foi fundada em 1995, começando a funcionar um ano depois. O ensino superior na República Democrática de São Tomé e Príncipe está ainda pouco desenvolvido; limitava-se, pelo menos até 2005, ao Instituto Superior Politécnico, criado em 1998, direcionado sobretudo para as áreas da Pedagogia e da Administração e Gestão. O surgimento do ensino superior na Guiné-Bissau passou por muitas etapas até concretizar-se (AUGEL, 2009, p. 140 - 141).

Portanto, a segunda metade do século XX foi o período em que se deu a criação das universidades modernas na África, tanto na África lusófona, como nos países da língua oficial francesa. Com relação à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), uma organização de integração regional na África Ocidental, da qual a Guiné-Bissau faz parte, Senegal, sob Federação do Mali, supervisionada

pela França, já tinha sido instituído a Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar (UCAD). Citamos Senegal entre países da CEDEAO, porque nos últimos anos o país tem recebido um contingente muito alto de guineenses cursando ensino técnico e superior. Vale salientar que a CEDEAO é constituída por Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte D’Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné Conakri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo. No caso da UCAD, que anteriormente era chamada de Universidade de Dakar, criada no dia 24 de fevereiro de 1957, foi inaugurada oficialmente no dia 09 de dezembro de 1959. Isso aconteceu antes do Senegal obter a sua independência. Após a independência, foi criada a Universidade Gaston Berger de Saint-Louis, fundada em 1990. A sua criação responde à necessidade de unir um conjunto de expectativas e exigências de um sistema universitário eficaz e eficiente, considerando as novas tecnologias e pedagogias que ensina (SUCUMA, 2013).

A construção e a evolução do ensino superior na Guiné-Bissau começaram de forma paulatina e em fases, através das escolas de formação profissional. A primeira instituição de formação profissional que o país herdou após sua independência política foi a Escola Técnica, criada na década de 60, vocacionada na área de formação industrial e outros.

De acordo com um estudo de viabilidade,

O único estabelecimento de formação profissional que país herdou depois da independência foi a Escola Técnica que passou a ser a Escola Vitorino Costa, Escola fundada nos meados dos anos 60, funcionou até 1979. A Escola Técnica formava principalmente nos domínios da indústria (serralharia, mecânica, eletricidade, etc.) do comércio (contabilidade e administração) e da agricultura (regentes agrícolas) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU, 2000, p. 04).

Para atender às demandas do país no domínio da ampliação das oportunidades de formação para os cidadãos guineenses, os governos pós-independência começaram a diligenciar possibilidades de criar várias instituições de ensino superior e técnico. Constitui uma nova oportunidade que os cidadãos guineenses começaram a usufruir, o que era não mais que uma oportunidade ou privilégio para poucas pessoas na época da colonização portuguesa.

Nos finais dos anos 70, o governo começou a empreender várias iniciativas que visaram dotar o país das instituições de nível politécnico, superior e de pesquisa. A Escola Superior de Direito (ESD), criada em 1979 pelo Ministério da Justiça no âmbito de uma parceria entre Guiné-Bissau e Portugal, foi posteriormente transformada em Faculdade de Direito de Bissau (FDB) em 1990 e cuja primeira promoção de 11 licenciados aconteceu no ano letivo de 1993/94. As fontes de financiamento da Faculdade eram provenientes do Orçamento Geral do Estado Guineense e da

Cooperação Portuguesa. A Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) criada pelo Ministério da Educação em 1979 em parceria com a Cooperação Cubana, continua existindo até aos dias atuais. Na área de formação profissional e técnico-profissional foi criada a INAFOR (ex-Instituto Técnico de Formação Profissional) que possuía quatro (04) centros de formação que são: CENFA (Centro de Formação Administrativa), hoje denominado Escola Nacional de Administração (ENA); CENFI (Centro de Formação Industrial); CEFAG (Centro de Formação Agrícola); CEFC (Centro de Formação Comunitária Experimental). Em 1986, o Ministério da Saúde criou a Faculdade de Medicina (FM) no âmbito de uma cooperação entre a Guiné-Bissau e Cuba. O corpo docente era assegurado pelo governo de Cuba e o governo da Holanda financiava o deslocamento e os subsídios dos professores. A OMS (Organização Mundial da Saúde) assumiu o fornecimento de equipamentos e bolsas de estudo para os estudantes. Na mesma perspectiva, o Ministério da Saúde criou também a Escola Nacional de Saúde (ENS) em 1974. Nos finais dos anos 70/80, em processo que se iniciou concretamente em 1979, o Ministério da Educação criou uma Escola Normal Superior “Tchico Té” que tem a vocação de formar professores de níveis básico e secundário. Em 17 de fevereiro de 1978, criou a Escola de Formação de Professores para o ensino primário. Em 1984 foi criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) com a finalidade de

promover estudos e pesquisas nas áreas de ciências sociais humanas e naturais. O instituto é financiado pelo Governo da Guiné-Bissau, recebe apoio financeiro do Governo da Alemanha. As Nações Unidas financiam projetos de pesquisa e outros. Em termos bibliográficos, o instituto conta com uma biblioteca pública (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU, 2000, p. 04-07).

A iniciativa de criar estas instituições de ensino demonstra uma vontade política do governo em oferecer os espaços de formação aos cidadãos guineenses. Faz parte de um caminho plausível no processo de construção de um sistema de ensino superior de referência nacional, capaz de contribuir na formação de qualidade dos quadros superiores guineenses.

Apesar destas iniciativas importantes, o governo guineense não soube desenvolver com eficiência a política de manutenção e conservação destas instituições, bem como o fornecimento de equipamentos para estas instituições de ensino. Por exemplo, hoje a Escola Técnica não existe mais, assim como alguns centros de formação criados na época foram desativados. As escolas que existem hoje funcionam com recursos do Governo da Guiné-Bissau, apesar das dificuldades financeiras que o país enfrenta. Nas outras instituições de ensino que permaneceram, o governo precisa desenvolver uma política de investimento com relação à manutenção das infraestruturas, capacitação permanente de professores e pesquisa. Desta

forma será possível salvar a existência dessas instituições. A ausência de investimento nessas instituições de ensino se deve a vários fatores entre as quais interesse político e capacidade financeira suficiente de captar recurso interno e externo para investimento referente a infraestrutura, pesquisa, corpo docente e outros.

Um dado importante que chama atenção é o fato de que uma boa parte dessas instituições foi criada mediante uma política de cooperação entre o Estado da Guiné-Bissau com outros países, tais como Cuba e Portugal, a fim de permitir o melhor funcionamento dessas instituições de formação. Isso demonstra em parte que quando o Estado não tem condições de manter sozinho o funcionamento pleno das instituições de ensino no seu território pode pedir auxílio bilateral de países que tenham mais experiência e professores bem qualificados para fazer funcionar as suas instituições de ensino. Constitui uma iniciativa louvável que permite ao país acumular experiências em termos de gestão das instituições de ensino superior, como também na formação de quadros, permitindo assim que em longo prazo o país possa ganhar sua autonomia em matéria de planejamento e dirigir com qualidade as suas instituições de ensino. Evidentemente que os projetos financiados no quadro dessas cooperações receberam financiamento de organizações internacionais como as Organizações das Nações Unidas/ONU, Organização Mundial de Saúde/OMS, que ajudaram a manter

empregos com altos salários de guineenses e estrangeiros envolvidos no processo. Um dos aspectos mais importantes neste processo, e que garante a qualidade da cooperação passa necessariamente pelo cumprimento rigoroso do acordo por ambas as partes que assinaram o acordo.

Os cursos instituídos nestas instituições são estratégicos para o país, visto que a Guiné-Bissau veio de uma guerra que aconteceu há mais de 40 anos pela sua independência política, e precisaria, portanto, fazer esforços na formação humana dos quadros nacionais, de forma que os mesmos pudessem adquirir conhecimentos técnico-profissionais capazes de ser úteis na racionalização do desenvolvimento do país. Não obstante, o aproveitamento dos quadros vindos destas instituições deixou muito a desejar. O Estado guineense não conseguiu implantar um plano estratégico de enquadramento desses quadros. Nesta perspectiva, a institucionalização das universidades joga um papel importante para atender às demandas da formação de quadros técnicos superiores, a racionalização da produtividade e competitividade. Inclusive existe déficit de quadros em várias especialidades, entre as quais a área de Zootecnia.

Estas escolas e faculdades que existiram antes permitiram que a institucionalização do ensino superior tivesse uma base para abertura e funcionamento da primeira universidade pública do país. Nos finais dos anos 90, as autoridades guineenses começaram a reconhecer a necessidade

de valorizar as capacidades nacionais no âmbito da formação, que passava necessariamente pela criação de uma capacidade nacional de formação e investigação, inserção de assistência técnica e valorização de recursos humanos na formação e viabilização de um programa de formação, organização e gestão do mercado de trabalho. Nesta perspectiva, começou a germinar a primeira reflexão sobre um projeto que visava instituir uma Universidade na Guiné desde os anos 80 até 90 proposto por Carlos Lopes, ex-Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

A estrutura deste projeto se insere na criação de uma federação das instituições universitárias e para-universitárias existentes no país. Daí nasce a proposta da Universidade de Bissau (UNIBIS), quando em 1997 foi celebrado um protocolo de intenção entre o Ministério da Educação e a Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, que é uma instituição privada, prevendo a instalação da Universidade Lusíada em Bissau. Com a queda do governo de Manuel Saturnino Costa, o projeto foi paralisado, por conflito de interesse agravado pelo conflito político-militar de 7 de junho de 1998 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU, 2000, p.2 e 7).

Em 1998, o país se envolveu num conflito político-militar; foi um duelo entre o presidente João Bernardo Vieira, com o então Chefe de Estado Maior General de Forças Armadas/CEMGFA, Ansumane Mané, que morreu em 2001. A guerra foi motivada por conflito de interesses políticos. No final

de 1997 e início de 1998 instaurou-se na Assembleia Nacional Popular/ ANP uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a venda de armas para o Movimento das Forças Democráticas de Casamança/MFDC, no sul de Senegal, que luta pela independência da região. O objetivo da comissão era identificar e responsabilizar as autoridades políticas e militares guineenses envolvidas na venda de armas para o grupo supracitado. Este fato levou o Presidente a exonerar o CEMGFA do seu cargo. Isso gerou imediatamente o conflito militar. Um dos argumentos que Ansumane Mané e seu grupo apresentavam era de que as condições de antigos combatentes são precárias e precisavam ser melhoradas, as condições financeiras de manutenção nos quartéis e dos militares eram precárias. Foi um conflito que afetou negativamente o país em diferentes esferas: política, econômica, social entre outras, cuja consequência é perceptível até a data presente. Em decorrência do conflito de 1998, o país foi obrigado a entrar num período de transição política que iniciou em 1999 onde a Guiné teve como Presidente da República interino, Malam Bacai Sanha, e um governo de unidade nacional liderado pelo então primeiro Ministro Francisco José Fadul, que tinha como missão mediar os conflitos e organizar as eleições, que foram vencidas pelo Partido de Renovação Social (PRS), cujo presidente eleito, Koumba Yala, foi destituído do poder pelos militares, no final de 2003 mediante um golpe de estado. A sociedade civil organizada, junto com os militares, após vários

dias de discussão chegou a um consenso para escolher Henrique Pereira Rosa para ser o novo Presidente da República interino.

Em 1999, por intermédio do Governo da Unidade Nacional (GUN), foi criada a Universidade Lusófona Amílcar Cabral (ULAC) em parceria com a Universidade Lusófona, que é uma instituição privada, através de decretos-lei: 6/99 de 3/12/99, que institui ULAC, e 16/99 de 3/12/99, instituindo a Comissão Instaladora da ULAC. Após muita discussão, a comissão instaladora da universidade decidiu suprimir a sigla Lusófona, passando a ser denominada doravante Universidade Amílcar Cabral/UAC. Não aprofundamos as discussões sobre outras universidades privadas como Jean Piaget, Colinas do Boé e outros, porque o nosso foco está centrado na UAC.

As instituições do ensino superior recenseadas no país no ano letivo 2007/2008, compreendem 11 estabelecimentos, dos quais 05 Universidades (Direção Geral dos Estudos Planificação e Avaliação do Sistema Educativo - DGEPAE-2009). Vale salientar que de acordo com as informações da DGEPAE o número das universidades não aumentou no país até aos dias atuais.

A falta de medidas estruturantes que pudessem garantir o melhor funcionamento consistente da universidade e do engajamento do governo em avaliar rigorosamente o funcionamento de acordo com a Lusófona

acabou por gerar uma crise institucional da UAC, que motivou a suspensão do acordo. Segundo Tcherno Djaló – Ex-Reitor da UAC:

A Lusófona retirou do acordo porque o governo da Guiné-Bissau não estava cumprindo com suas obrigações. Por isso, a Lusófona pediu a suspensão do acordo celebrado com a UAC até quando o governo estiver em condições. Depois deste impasse decidiu-se criar a Universidade Lusófona da Guiné (ULG) para dar continuidade aos trabalhos da UAC permitindo que os alunos terminassem seus estudos. Em maio de 2011 a ULG entregou 349 diplomas de licenciatura (Entrevista realizada pelo autor em 31 de março de 2012, Bissau).

O contexto acima nos permite perceber a fragilidade política e financeira do governo guineense no que tange ao cumprimento do acordo ora suspenso. Não havia também bolsa de estudo interna para os alunos. Segundo um dos alunos entrevistado:

Existiam muitos estudantes universitários que solicitam bolsa de estudo à universidade, porque não tinham condições de custear seus estudos, mas infelizmente a universidade não concedeu bolsa para eles alegando falta de condições financeiras (Entrevista realizada pelo autor em 23 de maio de 2012, Bissau).

Numa gestão compartilhada, no âmbito de uma parceria público-privada ligada ao ensino superior, às vezes é difícil para o Governo incluir todas as demandas públicas dos cidadãos ou dos atores políticos

envolvidos no processo; estes exigem a intervenção efetiva do Estado, visto que o outro parceiro no acordo possui uma filosofia de mercado que visa o lucro, mesmo prestando um serviço público para sociedade.

2.As concepções de ensino superior como poder e vetor de desenvolvimento

Ensino superior constitui um instrumento de poder que pode desempenhar um papel fundamental do processo do desenvolvimento social e cultural. A educação tem capacidade de fazer a ponte com diferentes concepções de ver o mundo e da convivência cultural humana.

Segundo Forquin,

Existe, entre educação e cultura, uma relação íntima, orgânica. Quer se tome a palavra “educação no sentido amplo”, de forma e socialização do indivíduo, quer se a restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação (FORQUIN, 1993, p. 10).

Neste sentido fica claro o poder de comunicação que a educação tem no interior da sociedade. Por isso, ela consegue moldar o comportamento humano. Portanto, ela consegue transmitir qualidades e competências.

De acordo com Forquin (1993, p. 11), “a educação implica um

esforço voluntário com vistas a conferir aos indivíduos (...) a qualidade, competências, disposições, que se têm por relativamente ou intrinsecamente desejáveis (...)”. Essa visão de Forquin sobre educação demonstra que a educação é um espaço necessário para agregar conhecimentos e estabelecer espaço de diálogo em diferentes esferas da sociedade.

A educação constitui um instrumento fundamental no processo de aquisição e desenvolvimento do conhecimento intelectual do homem moderno. Ela consegue também controlar, classificar e disciplinar os conhecimentos dentro de um processo educacional. A participação do Estado no processo de desenvolvimento é extremamente importante como promotor e regulador de comportamento de atores dentro da sociedade. Neste sentido, o papel da universidade é importante no sentido de assessorar o Estado e desenvolver pesquisas que contribuem para o projeto do desenvolvimento econômico e social.

Segundo Silke Weber,

A universidade (...) tornou-se de um projeto de desenvolvimento econômico e social mediante o cumprimento de sua função social por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. É, assim, apresentada como instituição que se encontra articulada à construção de um projeto de país soberano e com menor desigualdade social. A ela é atribuída a tarefa de promover de forma concomitante a produção de conhecimento, tecnologias, cultura e arte; a disseminação e transferência do conhecimento e tecnologias; o desenvolvimento educacional, social e ambiental sustentável (WEBER, 2009, p. 131-132).

Como se sabe, a universidade é parte da sociedade e tem uma função importante no processo de desenvolvimento. Isso demonstra a ligação que existe entre o ensino superior e a sociedade, e vários autores já referendaram esta visão, entre os quais Marilena Chauí. Como diz a autora (2002, p. 35), “a universidade não é uma realidade separada, e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade”. Por isso, as sociedades contemporâneas precisam explorar melhor a contribuição que as universidades podem dar em prol do bem-estar da sociedade humana, e reduzir as diferentes formas de exclusão social.

A exclusão social está ligada à privação de acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Este tipo de exclusão se expressa na população de baixa renda que não tem acesso à educação de qualidade, saúde, luz, emprego formal, habitação, segurança pública etc.

O fato é que essa parcela da população foi privada de ter acesso aos direitos sociais conquistados historicamente. Digamos que este grupo social se encontra à margem de uma cidadania política ativa. Neste sentido, as instituições do ensino superior precisam intensificar o desenvolvimento de pesquisas que gerem resultados que possam ser transformados em políticas públicas universalistas por parte do estado, permitindo assim a implementação de uma política de inclusão social.

A inclusão social é entendida como uma categoria política que permite a participação ativa da população nas políticas sociais públicas viabilizadas

pelo poder estatal, que garante ao povo um acesso amplo aos bens e serviços básicos. Vale lembrar também que a sociedade não é um coletivo unívoco com única maneira de pensar e interpretar os fatos que acontecem na sociedade. Há muitos setores da sociedade que não querem a mudança, que se beneficiam do “status quo”.

Essas questões fazem com que a sociedade sinta uma grande ausência tanto do Estado como das universidades. Isso faz com que a sociedade contemporânea procure a universidade no sentido de cobrar o cumprimento de sua função social.

De acordo com Brazão Mazula,

Passou o tempo em que as universidades e as academias chamavam para si a sociedade para admirar os seus feitos, as suas pesquisas de ponta sem impacto social, ouvir os discursos eloqüentes dos seus mestres e catedráticos concentrados nos seus gabinetes e laboratórios. Hoje, mesmo que a universidade não queira, a sociedade chama as instituições de ensino superior para junto de si (MAZULA, 2007, p. 39).

De certa forma, é uma chamada de atenção que a sociedade contemporânea faz às instituições de ensino superior em relação aos problemas concretos (segurança pública, miséria, saúde e outros) que acontecem na sociedade, que muitas vezes são pouco estudados pelas academias. Esta visão demonstra que a sociedade contemporânea está ficando cada vez mais crítica e vigilante em relação à efetivação da

função social da educação superior, que é extremamente útil para o desenvolvimento humano.

Isso demonstra que a sociedade necessita bastante dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições de ensino superior, assim como estas instituições necessitam também da sociedade para desenvolver os seus estudos científicos. Portanto, existe uma ligação intrínseca entre a educação superior e a sociedade. É uma relação recíproca entre as duas instituições. No entanto, tendo em vista a atuação das universidades contemporâneas é perceptível a ausência de atuação das universidades através de pesquisa e extensão junto às comunidades, fato que faz as instituições de ensino superior deixarem a desejar em relação a uma das suas funções sociais.

Sendo uma criação humana, o ensino superior deve zelar de forma comprometida pela busca de soluções dos problemas que a sociedade contemporânea enfrenta. Um grande dilema que os países do terceiro mundo enfrentam é a incapacidade de articular os diferentes níveis do desenvolvimento econômico e social; de intensificar as políticas de distribuição e redistribuição de renda, que são muito precárias; de buscar a descentralização de poderes nas instituições públicas. Muitas vezes o desenvolvimento econômico desses países não acompanha *pari passo* o desenvolvimento social. Levando em consideração a realidade da Guiné-Bissau, vale salientar que a distribuição de poder que se coloca nesta reflexão está ligada ao melhor funcionamento das instituições

políticas da república. Neste caso, ficam de fora os poderes tradicionais étnicos.

Essas disparidades acabam gerando aumento de desigualdades sociais, violência urbana e rural, desigualdades regionais em alguns casos ou abandono da política do desenvolvimento das regiões, comprometendo assim o desenvolvimento de pequenas e grandes cidades que fazem parte do desenvolvimento de um país. A educação constitui um espaço adequado para pensar problemas deste gênero, tendo em conta que ela tem a capacidade de oferecer alternativas para atender adequadamente este tipo de questões ligadas ao desenvolvimento.

Após independência, o país se esforçava em construir um ensino básico e secundário de qualidade, apesar de todas as dificuldades econômicas e de recursos humanos que havia naquele momento. A partir da segunda metade dos anos 1980, o ensino guineense começou a se degradar aos poucos em termos de qualidade e de acesso. Esta degradação tem a ver com o fraco investimento no setor educativo, bem como ausência de qualificação permanente dos professores.

Na Guiné-Bissau, o ensino construído pós-independência está organizado da seguinte forma, conforme cita o então Comissário de Educação da Guiné, Mário Cabral:

O nosso ensino, diz Mário Cabral, será dividido em três níveis: Ensino Básico, de seis anos, com dois ciclos: um de quatro, o outro de dois anos. Ensino Polivalente, de três anos. Ensino Médio Politécnico, que, variando de acordo com as próprias exigências da formação média,

terá uma duração nunca inferior a dois ou três anos (apud FREIRE, 1978, p. 45).

A partir dos finais dos anos 1990 até 2002, houve um razoável avanço de acesso à educação por parte da população em relação ao período anterior à independência até a década de 1970. Segundo dados apresentados no Plano Nacional de Ação Educação Para Todos – EPT (2003),

A evolução do sistema apresenta evoluções importantes de 1997/98 a 1999/2000 relativo aos principais indicadores com a taxa bruta de escolarização do Ensino Básico (EB, 6 anos de escolaridade) que passou de 57,8% para 69,4%. As estimativas baseadas nos dados preliminares das escolas públicas apontam para uma taxa bruta de escolarização de 75% no EB em 2001-2002 que em parte se deve às medidas de gratuidade escolar, à distribuição gratuita de alimentos às raparigas e da implementação de cantinas escolares (PLANO NACIONAL DE AÇÃO EPT – 2003, p. 7).

Entretanto, há muito ainda que fazer no que se refere à qualidade da educação no ensino como um todo. A preocupação supracitada ajudaria a melhorar a situação do ensino básico no país. O relatório da liga demonstra que 20% das mulheres não frequentam a escola, contra 10,5% da população masculina; 11,4% das mulheres contra 24,8% dos homens já frequentaram alguma vez e apenas 5,4% das mulheres contra 6,9% dos homens responderam que estão frequentando (LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS, 2013-2015).

Segundo dados do Banco Mundial,

No setor de educação, apesar dos consideráveis progressos na cobertura escolar nos últimos anos, o país está longe de alcançar a meta do ensino primário universal. Seis em cada dez crianças que entram na primeira classe não conseguem concluir o ensino básico. Muitos dos que terminam o ensino básico continuam analfabetos devido à fraca qualidade do ensino que recebem. A disparidade de gênero tem diminuído gradualmente, mas ainda existem disparidades entre grupos sócio-econômicos (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2009, p. 30).

Tabela 1 – Os objetivos do desenvolvimento do milênio (OMD) em educação e saúde na Guiné Bissau

OMDs em educação	Metas dos OMD (2015)	Situação atual da Guiné-Bissau
Ensino primário universal	100%	42%
Paridade de gênero no ensino primário (relação rapaz/rapariga)	1:1	0.9
Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	47	138
Mortalidade antes dos 5 anos (por 1.000 nados vivos)	80	223
Mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos)	229	800
Estimativa de prevalência de VIH/SIDA	5.9	8.7

Fonte: Ministério da Educação e MICS 3

A tabela supracitada ilustra a grande deficiência que existe no

sistema de saúde e de educação da Guiné-Bissau. Apesar dos esforços do governo no sentido de ampliar a participação de mulheres na escola, as mulheres ainda são penalizadas em termos de acesso à escola, fato que precisa ser revertido por meio de políticas de inclusão feminina nas escolas. Os dados da saúde revelam uma grande preocupação em relação à mortalidade infantil e a prevalência de VIH/SIDA, que tem aumentado bastante a partir do ano 2000 em todo território nacional. Neste sentido, é necessário que haja ações planejadas e coordenadas entre o governo e organizações não governamentais nacionais e internacionais que trabalham na área de saúde, com a finalidade de enfrentar este dilema no campo da saúde.

Refletindo ainda sobre o setor social, a situação da saúde pública tem sido motivo de preocupação por parte de profissionais da área de saúde. A atenção básica, mortalidade infantil, mulheres morrendo no momento de parto, aumento de doenças sexualmente transmissíveis constituem grandes problemas na sociedade bissau-guineense. Também foi necessário incluir informações sobre expectativa de vida e alfabetização. Nesta reflexão trouxemos informações sobre Cabo Verde, tendo em conta que é um país que tem uma história comum da independência política. Para isso, começaremos a abordar a situação populacional.

Cabo Verde e Guiné-Bissau são alguns dos países africanos com

a menor taxa populacional, sendo que em 2016, de acordo com os dados do FMI (2017), a população cabo-verdiana foi de 531 mil habitantes, enquanto que, no mesmo ano, a Guiné-Bissau registrou uma população de 1.664 milhão de habitantes. Os dados mostram que a Guiné-Bissau apresenta uma população três vezes maior com relação ao Cabo Verde.

Segundo o Banco Mundial (2012), a despesa total em saúde é a soma das despesas de saúde pública e privada. Ela abrange a prestação de serviços de saúde (preventivos e curativos), atividades de planejamento familiar, nutrição e ajuda de emergência designadas para a saúde, mas não inclui o fornecimento de água e saneamento. Os dados que iremos colocar abaixo demonstrarão que nos anos em questão, em termo percentual, a Guiné-Bissau gastou mais na saúde comparando com o Cabo Verde, porém em termos absolutos a tendência é que as despesas cabo-verdianas sejam maiores uma vez que este país dispõe de um Produto Interno Bruto/ PIB mais elevado em relação à Guiné-Bissau e, por outro lado, apresenta uma população menor, o que contribui significativamente na melhoria de vários indicadores sociais daquele país. No caso da Guiné-Bissau, em 2007 foi de 5,7% do PIB, em 2008 – 5,7%, 2009 – 8,6%, em 2010 – 8,5%. Em relação a Cabo Verde, em 2007 de 4,6%, em 2008 - 4,4%, em 2009 – 3,9%, em 2010 – 4,1% (BANCO MUNDIAL, 2012).

A taxa de mortalidade infantil é o número de crianças que morrem

antes de completarem um ano de idade, por mil nascidos vivos em um período determinado de um ano, como aponta a metodologia do Banco Mundial (2012). Ainda segundo esta mesma organização multilateral, a taxa de mortalidade maternal é o número de mulheres que morrem durante a gravidez no ato do parto, por 100.000 nascidos vivos. Os dados são estimados com um modelo de regressão utilizando fertilidade, parteiras e a prevalência do HIV. No tocante à mortalidade infantil, nos três anos analisados (2009, 2010 e 2011) no Cabo Verde esta taxa ficou em 20, 19 e 19 mortos para cada mil nascidos durante o período dos três anos. Este pequeno país africano apresentou desempenho que poderá ser comparado com o dos países emergentes e, em termos percentuais, podemos afirmar que a taxa da mortalidade infantil durante o período em questão ficou em torno de 2%, 2,9% e 2,8%, enquanto que na Guiné-Bissau, no mesmo período, esta mesma taxa esteve entre 10% a 9,8%. Os dois países apresentaram ligeira queda ainda que a disparidade entre os dois seja bastante significativa. Se a disparidade na taxa da mortalidade infantil entre os dois países é espantosa, essa diferença ainda é maior na taxa da mortalidade maternal. Segundo dados do Banco Mundial, em 2010, na Guiné-Bissau das cem mil crianças que nasceram, morreram setecentos e noventa, enquanto que em Cabo Verde neste mesmo período para os cem mil que nasceram, apenas morreram setenta e nove mil (BANCO MUNDIAL, 2012).

As crianças do sexo masculino e feminino fora da escola são o número total de pessoas de escola primária que não estão matriculadas em qualquer escola primária ou secundária (BANCO MUNDIAL, 2012). Para a Guiné-Bissau, o dado referente ao ano de 2009 não está disponível, para os anos 2010, trinta mil e duzentas meninas ficaram fora da escola, enquanto que vinte e seis mil e quatrocentos e quarenta meninos não estudaram. Em Cabo Verde no ano de 2009, dois mil, seiscentos e noventa e quatro meninas ficaram fora da escola; também dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro meninos não foram para escola e, para o ano de 2010, o número apresentou uma queda, sendo que mil, oitocentos e trinta e oito meninas deixaram de ter uma educação formal e um mil, setecentos e setenta e um meninos ficaram sem estudar (BANCO MUNDIAL, 2012).

Para o Banco Mundial, a taxa de alfabetização de jovens é o número total de pessoas de 15 a 24 anos em percentual que pode ler e escrever com compreensão uma declaração curta e simples em sua vida cotidiana, dividido pela população nessa faixa etária. Geralmente, “alfabetização” também abrange “aritmética”, a capacidade de fazer cálculos aritméticos simples. O total do gasto público em educação sobre a porcentagem da riqueza (PIB) do país é ligeiramente maior em Cabo Verde (5,6) em relação à Guiné-Bissau (5,2%). Este aumento apresenta um reflexo na taxa de alfabetização de jovens do sexo feminino e masculino na faixa de 15 a 24 anos, sendo que

Cabo Verde registrou uma taxa menor com relação ao país vizinho Guiné-Bissau (BANCO MUNDIAL, 2012).

Segundo o Banco Mundial, a expectativa de vida ao nascer dos sexos masculino e feminino indica o número de anos que um recém-nascido viveria se os padrões de mortalidade no momento de seu nascimento permanecerem os mesmos ao longo da sua vida. A expectativa de vida em Cabo Verde é similar aos países emergentes, superando vários países do continente africano. Em 2010 e 2011, a população feminina tinha expectativa de vida de 78 anos e nos mesmos anos (2010 e 2011), os homens tinham expectativa de vida de 70 anos. Estes dados apresentam uma diferença significativa com a Guiné-Bissau que tem uma expectativa baixa: em 2010, as mulheres tinham expectativa de vida de 49 anos, em 2011 aumentou para 50 anos, enquanto que para os homens, em 2010 a expectativa de vida era de 46 anos e em 2011 atingiu 47 anos de idade. Estes dados revelam a ausência de política pública que ajude na melhoria das expectativas de vida da população; por outro lado, a instabilidade tem prejudicado os indicadores sociais (BANCO MUNDIAL, 2012).

Os dados acima evidenciam de forma objetiva as condições de saúde e educação que existem nos dois países que possuem uma história comum de independência política, situados na mesma região geográfica.

A partir destas informações, é possível constatar que em matéria de

mortalidade maternal, mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer, crianças femininas e masculinas fora da escola e a taxa de alfabetização, a Guiné-Bissau possui um desempenho muito fraco em relação a Cabo Verde. Fato que a Guiné precisa reverter em longo prazo através de mobilização de fundos a nível interno e externo para financiar projetos de saúde e educação, desenvolver um plano estratégico de ação que permita melhorar a situação precária de saúde e educação, acompanhada de uma gestão transparente de recursos destinados a melhorar os indicadores sociais supracitados.

Por outro lado, ainda no âmbito da saúde, em termo percentual, a Guiné investe mais do que Cabo Verde na área da saúde. É valido salientar que em termos absolutos Cabo Verde aplica mais recursos na saúde, uma vez que o seu Produto Interno Bruto-PIB é superior ao da Guiné-Bissau e tem um número inferior da população com relação à Guiné. Portanto, o bom desempenho dos indicadores de saúde dos cabo-verdianos se explica por fortes de investimentos absolutos nessa área.

3. A qualidade de ensino superior e a produção de conhecimento científico

Para que haja uma boa qualidade educacional no âmbito de ensino superior na Guiné-Bissau é necessário realizar fortes investimentos, tanto no ensino básico e secundário, bem como no sistema do ensino superior. Assim será possível elevar os níveis de conhecimento técnico e científico

que irão ajudar na racionalização do desenvolvimento do país, que poderá ser visível em longo prazo, com consequências benéficas que poderão ajudar a melhorar os indicadores sociais.

A criação da Universidade Amílcar Cabral pelo governo da Guiné-Bissau abriu as portas para o nascimento das universidades privadas que começaram a surgir a nível nacional. Esta proliferação das instituições de ensino superior apresenta uma nova fase no processo educativo no âmbito do ensino superior. Porém, foi necessário que o governo e a assembleia criassem regras capazes de habilitar e orientar o funcionamento dessas instituições.

Segundo dados da DGEPASE (Direção Geral dos Estudos Planificação e Avaliação do Sistema Educativo), órgão pertencente ao Ministério da Educação, as instituições do ensino superior recenseadas no país no ano letivo 2007/2008 são 05 Universidades (entre as quais Universidade Colinas do Boé/UCB em 2003, Universidade Católica da África Ocidental/UCAO em 2007, Universidade Jean Piaget (UJP) em 2009, e 06 grandes escolas de formação (entre as quais Escola Nacional de Administração/ENA, Escola Superior da Educação/ESE em 2010/2011), todas elas públicas. A taxa de acesso ao ensino superior é de: 4,8%, número de estudantes/100.000 habitantes: 351, taxa de inscrição de estudantes: 33,3% (fonte: DGEPASE-2009).

Neste sentido, apesar da nossa pesquisa ter como foco a Universidade Amílcar Cabral, ao longo da coleta de dados procurarmos entrevistar um

dos responsáveis pela criação da primeira universidade privada do país – Universidade Colinas do Boé - através de uma carta de solicitação dirigida ao responsável desta instituição, mas infelizmente não foi possível obter uma resposta satisfatória. A intenção era nos inteirarmos do funcionamento da instituição, visto que a maioria das instituições do ensino superior funciona em condições precárias em termos de infraestrutura acadêmica, tais como salas de aulas que funcionam em armazéns adaptados e biblioteca pequena com déficit de livros etc.

Portanto, as informações da DGEPAE provam tanto o processo de proliferação das instituições de ensino superior, como o índice razoável dos alunos que procuram pela formação superior, ainda que seja um índice tímido, dadas as condições financeiras precárias dos estudantes para pagar as taxas ou mensalidades, mas para sociedade guineense constitui um dado importante para o processo educativo.

Em termos de estratégia institucional, a UAC é uma instituição de direito público cuja gestão é confiada a título de concessão a uma entidade gestora FUNPEC (Fundação para a Promoção do Ensino e da Cultura) criada para este fim. Esta entidade guineense compõe com a COFAC (Cooperativa de Formação e Animação Cultural, pertencente à Universidade Lusófona) uma sociedade Luso-Guineense de gestão da UAC, mas hoje esta instituição não existe. O modelo da gestão abrange várias instituições de nível universitário, politécnico,

técnico-profissional e formação contínua. A FUNPEC é uma instituição gestora da UAC sem fins lucrativos. Esta gestão inclui infraestrutura, equipamentos e fundos públicos e são propriedades da UAC cedidas à FUNPEC para efeitos da gestão conforme previsto na 1ª cláusula do contrato de concessão do serviço público que permite ao governo facultar à FUNPEC a utilização e gestão para fins académicos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU, 2000).

A criação da FUNPEC demonstra a dimensão do poder e responsabilidade que o governo guineense possui na gestão da Universidade Amílcar Cabral. Por isso, o governo no âmbito de sua competência precisa zelar pela fiscalização rígida dos trabalhos da FUNPEC, que deve ser feito através do Ministério da Educação a fim de acompanhar de perto a situação da UAC. Mas para que a fiscalização governamental seja transparente é necessário que o governo cumpra com as obrigações que tem dentro da universidade. Questionado sobre a importância da FUNPEC, Tcherno Djaló, ex-Reitor da UAC, afirma que

A FUNPEC e COFAC têm a missão de garantir uma gestão criteriosa e transparente dos recursos que são alocados; prevenir a interferência da classe política nos assuntos académicos, ou seja, evitar que haja nomeações políticas nos cargos académicos (Entrevista realizada pelo autor em 31 de março de 2012, Bissau).

Neste sentido, a comissão instaladora da UAC teve uma visão técnica coerente, a saber: de proteger ou salvaguardar parte de autonomia da

universidade que visa valorizar as conquistas acadêmicas dos professores, funcionários administrativos, estudantes e promover a construção de um caminho sólido que a UAC deve percorrer em busca de excelência acadêmica que lhe permitirá um dia estar entre as melhores universidades africanas e mundiais.

Segundo estudo de viabilidade da UAC, ficou determinado que a população estudantil potencial na universidade fosse composta pelos alunos de últimos anos do liceu relativamente ao 10º e 11º anos. Estes alunos são potenciais alunos para as turmas dos pré-universitários, que irão ingressar nos cursos de ensino médio especializado. Os alunos provenientes do pré-universitário (termo para indicar alunos que estão no último ano do ensino médio, que corresponde ao preparatório para entrar na universidade) foram distribuídos pelos respectivos cursos das faculdades e institutos, através de percentagens estimadas. Para ingressar no Ensino Médio Especializado, o aluno precisa terminar o 10º ano de escolaridade. Se esse aluno quer entrar no curso de Ensino Superior Politécnico que confere o título de bacharelado ou no curso de Ensino Superior Universitário que confere o título de licenciatura teria que terminar a 11ª classe e fazer exame de admissão ou ingressar no Pré-universitário. No seu modelo estrutural, a UAC integra Ensino Politécnico, Técnico-profissional e Universitário, assim formando um corpo

universitário com Escolas Superiores, Institutos e Faculdades organizadas da seguinte forma: Faculdades – Medicina e Ciências da Saúde (medicina e enfermagem), Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais (que inclui formação profissional e técnico-profissional em gestão e administração no CENFA, Departamento de Economia e Departamento de Sociologia), Faculdade de Letras, de Ciência da Educação, da Comunicação e de Informação (que inclui departamentos de Escola Normal Superior “Tchico Té” vocacionado para formação de professores do ensino básico e secundário geral até 9º ano), Departamento de Letras que possui a função de formar professores para o Ensino Secundário Complementar (10ª, 11ª e 12ª classe) e Licenciaturas em Línguas Modernas, Faculdade das Ciências da Comunicação e da Informação, Faculdade de Direito. As Escolas Superiores são quatro: Escola Nacional de Educação Física e Desportos, Escola Nacional Superior de Artes e Ofícios, Escola Normal Superior “Tchico Té” e Cenfa/Escola Superior de Gestão e Administração – que faz parte de Ciências Econômicas e Sociais. Os Institutos Superiores são dois: Instituto Superior de Ciências e Tecnologia, Instituto Superior de Ciências Agrárias e Veterinárias (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU, 2000).

O estudo de viabilidade permitiu que a UAC fosse estruturada de forma abrangente, permitindo albergar os cursos que seriam muito

importantes para o país e que atendam às demandas da sociedade em geral e se enquadrem dentro da vocação ou potencialidades que o país possui.

Não obstante, houve lacunas no campo operacional em relação ao funcionamento de alguns cursos propostos e que não chegaram a funcionar, tais como Instituto Superior de Ciências e Tecnologia; Instituto Superior de Ciências Agrárias e Veterinárias; Escola Nacional Superior de Artes e Ofícios. Estes cursos constituem áreas fundamentais para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, sobretudo na área agrícola, visto que o país tem um vasto potencial no âmbito agrícola e na criação de animais. Segundo Tchernó Djaló, primeiro e ex-Reitor da UAC:

Nunca foi explicitamente assumida a vontade política para viabilizar o projeto de ensino superior por parte da classe política. A ideia de federação das instituições de formação que já existiam no país dentro da UAC e criação de algumas novas instituições de ensino superior proposta no estudo não chegou a funcionar por falta da vontade política (Entrevista realizada pelo autor em 31 de março de 2012, Bissau).

Neste sentido, é possível perceber a causa que motivou o não funcionamento das instituições supracitadas e de um funcionamento pleno da proposta da federação das instituições do ensino que já existiam antes da criação da UAC. Ou seja, o impasse foi motivado pela falta de vontade política do governo e da classe política em geral que não se empenharam suficientemente na defesa de um ensino superior a serviço da sociedade guineense.

A Universidade Amílcar Cabral (UAC) no seu primeiro ano começou a funcionar com 1244 alunos no curso pré-universitário em 2003/2004. Vale salientar que o pré-universitário só existiu na universidade, porque nos liceus guineenses não existia 12º ano de escolaridade, fruto de carência de políticas educacionais consistentes para o sistema educativo guineense. Os alunos da UAC têm a obrigação de pagar mensalidade, que garanta a sua permanência na instituição, que era no valor de 10.000 FCFA¹ quando a universidade iniciou seu funcionamento em 2003/2004. Nas declarações do então Reitor da UAC, Tchernó Djaló:

O orçamento da UAC era composto por propinas mais o complemento inscrito no Orçamento Geral do Estado (OGE). Com o dinheiro vindo das propinas pagas pelos alunos serve para cobrir uma parte do custo de funcionamento da universidade comprando consumíveis (resmas, combustível e outros), pagamento dos funcionários administrativos e professores. Esta ação dos alunos demonstra uma consciência participativa no destino da UAC (Entrevista realizada pelo autor em 31 de março de 2012, Bissau).

Uma das grandes dificuldades da maioria dos alunos da universidade está no pagamento da mensalidade, visto que os encarregados de educação dos alunos são funcionários do Estado que possuem um piso salarial muito baixo e insuficiente para cobrir as despesas alimentares, saúde e educação, e ainda são descontados neste baixo salário os impostos. Sendo assim, o

¹ Franco de Comunidade Financeira Africana: 10.000 FCFA valem cerca de R\$ 55,00 - julho de 2016

governo deveria assumir a despesa de taxa cobrada pela universidade, pois é um dever do Estado atender às demandas da sociedade em diferentes aspectos. Aliás o Governo deveria criar uma universidade pública mantida plenamente pelos recursos públicos do Estado, permitindo que todos os cidadãos tenham possibilidades de acesso ao ensino superior. Sendo assim, esta possibilidade evitaria a criação de uma universidade com base numa parceria público-privada como aconteceu no caso da UAC. Mas, uma vez sendo criada a UAC, resta empreender esforços conjuntos por parte dos entes da cooperação a fim de implementar o projeto. Portanto, a falta de engajamento total do governo na criação de uma universidade pública mantida pelo Estado levou os alunos a pagarem taxas numa universidade de direito público sustentada por uma parceria público-privada, assim como impediu a entrada de muitos jovens que não têm condições financeiras para ingressar na universidade. É importante incentivar a consciência participativa dos estudantes no destino da universidade em diferentes aspectos da vida pública e acadêmica. Mas quando se trata da questão financeira voltada para pagamento da mensalidade, é necessário analisar melhor as condições objetivas com que a sociedade guineense enfrenta.

Considerações Finais

A institucionalização do ensino superior na Guiné-Bissau constitui uma necessidade que permite fazer face ao desafio de proporcionar aos cidadãos guineenses a possibilidade de ter uma formação superior de qualidade dentro do seu próprio país. Neste sentido, espera-se que o governo guineense reestruture o sistema do Ensino Superior capaz de dar respostas aos obstáculos que afetam o desenvolvimento do país, e apostar na investigação científica para diferentes áreas do conhecimento, que poderão ser úteis na construção de políticas públicas do Estado guineense. Ficou evidente que o país enfrenta um problema estrutural como um todo. A ausência de uma política educacional estruturada e o pouco investimento financeiro para o setor da educação criam dificuldades para o melhor funcionamento da educação no país. Daí a grande responsabilidade da classe política para reverter esta situação, com a participação da sociedade civil. A formação de professores universitários, de pesquisadores e investimentos no ensino, pesquisa e extensão constituem grandes desafios para o Estado Bissau-Guineense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGEL, Moema Parente. 2009. Desafios de ensino superior na África e no Brasil: a situação do ensino universitário na Guiné-Bissau e a construção da guneidade. *Estudos de Sociologia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. v. 15, n. 2, jul./dez., 2009. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

BANCO MUNDIAL. 2012. *Indicadores Sociais*. Disponível em: www.worldbank.org. Acesso em: 28 jun. 2017.

BOBBIO, Norberto. 1988. *Liberalismo e Democracia*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

CABRAL, Amilcar; COMITINI, Carlos. 1980. *A Arma da Teoria*. Rio de Janeiro: Codecri.

CARDOSO, Carlos. 1995. *Transitions Libérales em Afrique Lusophone*. Lusotopie, editions Karthala, Maison des pays ibériques, Centre d'études d'Afrique noire.

CHAUÍ, Marilena. 2002. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP.

DURKHEIM, Émile. 1978. *Educação e Sociologia*. Com um estudo da obra de Durkheim, pelo Prof. Paul Fauconnet. Tradução do Prof. Lourenço Filho. 12. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.

ECO, Umberto. 1984. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença.

FORQUIN, Jean-Claude. 1993. *Escola e Cultura*. Tradução: Guarcia Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas.

FREIRE, Paulo. 1978. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Indicadores sociais. 2017. Disponível em: www.imf.org. Acesso em: 28 de junho de 2017.

HABTE, Aklilu; TESHOME, Wagaw em colaboração com J. F. Ade Ajayi. 2010. *Educação e Mudança Social*. In: História Geral da África, VIII: África desde 1935. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO.

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS. *Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau, Bissau*. Guide Artes Gráficas, 2013/2015.

MAZULA, Brazão. 2007. Trajetória e Relevâncias das Experiências Acadêmicas e Profissionais de um ex-aluno do Programa PEC-G. In: SUCUMA, Arnaldo; FLORES, Elio Chaves (org.). *Caminhos para o Desenvolvimento: convênios e saberes para o século XXI*. João Pessoa: Editora Universitária.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU. 2000. *Universidade Amilcar Cabral - Educar, Desenvolver e Promover – VOLUME CÁLCULOS PREVISIONAIS* (Estudo de Viabilidade).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU. 2000. *Universidade Amilcar Cabral - Educar, Desenvolver e Promover – Introdução* (Estudo de Viabilidade).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU. 2003. *Plano Nacional de Ação – Educação para todos*. Bissau.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU. 2007-2011. Arquivo da DGEPAE. Bissau.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. 1689-1755. *O espírito das Leis*/Montesquieu: apresentação Renata Janine Ribeiro; tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996 – (Paidéia).

OLIVEIRA, Ana Cláudia Falcão. S/D. *Análise Institucional do Hospital Universitário Lauro Wanderley*: com parâmetros nos anos 80. João Pessoa.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. 2009. *Revisão dos Setores Sociais*. Estudo financiado pelo Banco Mundial. Desenvolvimento Humano II, Região da África. Documento n. 444427 – GW. Bissau

SUCUMA, Arnaldo. *Estado e Ensino Superior na Guiné-Bissau 1974-2008*. Recife: Editora da UFPE, 2013.

TRINDADE, Hélio. 1999. Universidade, ciência e Estado. In: TRINDADE, Hélio (Org.); AMARAL, Nelson Cardoso; CHAUÍ, Marilena; CANTANI, Afrânio Mendes; CUNHA, Luiz Antônio; SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo I.; SGUISSARDI, Valdemar; OLIVEIRA, de João Ferreira. *Universidade em Ruínas na República dos Professores*. Petrópolis, RJ: Vozes / Rio Grande do Sul: CIPEDES.

WEBER, Silke. 2009. Marcas da Reforma Universitária de 1968 e Novos Desafios para a Universidade Brasileira. *Estudos de Sociologia*, Revista de Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v. 15, n. 2, p. 121-136.

THE CONTEXT OF STATE AND HIGHER EDUCATION IN GUINEA-BISSAU

ABSTRACT

This article consists of a research work that proposes to study the process of construction of construction of the Higher Education and its relationship with the State of Guinea-Bissau from 1974 to 2012. The *objective* of this work is to analyze the effects of institutionalization of higher education in the development of Guinea-Bissau. The research deals with the relationship between the State and Higher Education in Guinea-Bissau, mainly fundamentally the possibilities, difficulties and challenges and possibilities that exist in the process of institutionalization of higher education, seeking to understand the impact of this process on the socioeconomic and political development of Guinea Bissau after its political independence. The article also seeks to give a brief historical review on the first universities in Africa and the African countries that speak Portuguese as the official language. The study was based on the qualitative method, followed by semi-structured questionnaires implemented through the interviews conducted in Guinea-Bissau, bibliographies related to Higher Education, official documents of the Ministry of education of Guinea-Bissau. It was concluded that Guinea-Bissau needs to build a system of higher education capable of responding to the obstacles that affect the country's development of the country.

Key Words: Guinea-Bissau, Higher Education, State, Scientific Knowledge Development.